

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011

I. Introdução

*“Pretende-se manter uma estratégia de **desenvolvimento sustentado e harmonioso** do nosso Município, com enfoque na criação de investimentos que garantam **mais e melhor Emprego**; prioridade à **Educação e Cultura** e sensibilidade apurada no **combate à Exclusão** com prioridade aos **mais frágeis** em questões sócio-comunitárias”*

Portugal vive uma situação extraordinária de verdadeira emergência das suas **finanças públicas**. Tal situação tem sido agravada pelo contexto negativo financeiro que se vive em toda a Europa e é inequívoco que Portugal está hoje mais vulnerável a essa situação financeira internacional, com as inevitáveis consequências no panorama nacional, nomeadamente para os Municípios Portugueses.

Num momento em que se esgotaram praticamente 4 dos 7 anos que integram o período de programação financeira 2007 – 2013, **falar do QREN é falar de 21,4 mil milhões de Euros de fundos comunitários**, isto é, mais de 2.000 € por habitante, que o Governo tem sido incapaz de direccionar eficazmente para a competitividade, o desenvolvimento regional, a coesão social e territorial.

Falar do QREN é reconhecer que 7000 milhões de Euros de fundos comunitários ficaram por aplicar em Portugal até ao final de 2009. Comparando períodos homólogos do QCA III com o QREN, o primeiro fechou o seu terceiro ano de vigência com 25% de taxa de execução, enquanto que o QREN se quedou por 9%. Significa isto que, em três anos, se executaram apenas 1,9 dos 21,4 mil milhões de Euros de

fundos comunitários disponíveis. E como se tal não bastasse, existem diversos programas operacionais que fecharam o ano de 2009 com taxas de execução inferiores a 5%.

Mas se o QREN apresenta estes valores, o valor total do PIDDAC regionalizado decresceu 33.6% entre 2009 e 2010 (valor inscrito nos respectivos mapas anexos à proposta de lei dos OE). **O Distrito de Coimbra registou em 2010, uma diminuição da verba regionalizada de 56,6% face a 2009**, descida muito superior à média nacional tendo a esmagadora maioria dos concelhos, valores marginais.

Quando estamos a apresentar o Plano e Orçamento para 2011, é nosso entendimento que, no seu conceito clássico, ele é um instrumento de controlo político e financeiro. Contudo, ele extravasa este âmbito, constituindo também um documento de planeamento e gestão mas, tendo presente as premissas que a conjuntura política nos oferece e à qual não podemos ficar indiferentes.

Não podemos esquecer que, no passado mês de Junho, o Governo aprovou um conjunto de medidas adicionais ao **Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) através do qual retirou 100 milhões de euros às receitas municipais (menos 3,8%)** e decretou a obrigatoriedade do endividamento líquido nulo para os Municípios. **Estas medidas coincidiram no tempo e no espaço com uma quebra de receitas dos impostos locais de cerca de 2% no primeiro trimestre de 2010.** Em parte, isto foi resultante da redução de Taxas do IMI, único desagravamento fiscal que o Governo decidiu levar o cabo e que atingiu as receitas municipais.

Estas medidas, altamente penalizadoras para as actividades dos Municípios, vieram a obrigar à diminuição do investimento e dos serviços prestados às populações, entravando o desenvolvimento regional e impedindo a correcção de assimetrias.

Como já foi amplamente divulgado, os Municípios Portugueses não contribuíram para a situação das finanças públicas em que o País se encontra, o que aliás é evidenciado pelos mais recentes dados que foram tornados públicos pelo INE e pelo Banco de Portugal, em relação ao défice público e ao nível do endividamento em

2010, sendo relevante que os contributos para a redução do défice são de 77% por parte dos Municípios e apenas 15% por parte da Administração Central.

Tendo em conta a redução que o Governo se propõe, esta deverá corresponder a menos de cerca de 150 milhões de euros em relação ao valor que, nos termos da Lei, seria expectável para 2011 o que significa o asfixiamento da esmagadora maioria dos municípios portugueses sendo de prever a necessidade do recurso generalizado a mecanismos de saneamento e reequilíbrio financeiros, havendo que implementar novos instrumentos que permitam reprogramar os prazos dos créditos existentes.

Não podemos esquecer da importância definitiva que estas situações determinam na evolução da capacitação do nosso Município.

Vale a pena recordar que, até 2002, estavam cobertos por redes de esgotos domésticos cerca de 41% de população do Concelho mas, apenas 38% dispunha de solução de tratamento. Entre 2002 e 2010, com a conclusão das obras em curso de redes de esgotos e de Etar's, e com a segunda candidatura (POVT, já aprovada) abranger-se-á cerca de 45% da população, conseguindo-se assim chegar a um total de 86% da população abrangida do Concelho. Verifica-se assim que, o nosso Concelho observa o PEAASAR II 2007 – 2013 que estipula 70% de atendimento por Sistema público.

Estamos por isso num processo de “regeneração” e consolidação das infra-estruturas básicas do nosso Concelho e, a presente proposta de Plano e Orçamento para 2011, foi elaborado para marcar a linha condutora da gestão da Autarquia e simultaneamente para informar os munícipes das orientações e intenções políticas no curto e médio prazo.

Apesar destes constrangimentos, as orientações expressas neste Plano e Orçamento para 2011 não constituem uma novidade total ou uma mudança de rumo em relação às premissas que enunciámos para o ano anterior e que os eleitores de Montemor-o-Velho, esmagadoramente, escolheram em Outubro de 2009 mas, uma consolidação daqueles que são os valores e princípios do Executivo Municipal, pautados pela permeabilidade à criatividade, inovação e mudança, sem com isso perder de vista a

nossa identidade e a nossa ruralidade, mas também pela humanidade, solidariedade e respeito pela pessoa humana.

Entendemos que as Grandes Opções do Plano e do Orçamento materializam, de forma realista, o conjunto de preocupações e premissas necessárias ao estímulo e consolidação dos investimentos motrizes do desenvolvimento do Município e do bem-estar dos munícipes, perante uma conjuntura de dificuldades económicas nacional e internacional e o atraso na implementação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) já referenciadas.

.

No que diz respeito ao QREN e à contratualização, apesar de terem decorrido praticamente 4 anos do seu arranque, ainda persistem questões que limitam o pleno funcionamento e consequentemente dos apoios a serem concedidos, aos quais os municípios só saem prejudicados e, em última instância, penalizam as populações.

Na prática, o período do QREN e da contratualização irá ser concentrado em 4 anos, em vez dos 7, o que dificultará a sua plena realização e a obtenção de financiamento para as contrapartidas nacionais e municipais. Acreditamos que a proposta para 2011, à semelhança de 2010, materializa os investimentos necessários ao desenvolvimento do nosso Concelho, seja ao nível das **infra-estruturas básicas**, como é o caso do **saneamento**; seja ao nível do **desenvolvimento económico** e consequente **criação e fixação de emprego**, através da continuidade da construção do Pólo Logístico e Industrial de Arazede, ou o Parque de Ciência em Energia e Nanotecnologia a integrar o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho.

Mantemos a aposta nos sectores sociais, nomeadamente do **Desporto**, enquanto pilar fundamental da formação e saúde das pessoas, expresso de forma mais significativa no projecto e nas novas valências do Centro de Alto Rendimento, na regeneração do largo da feira e construção de novas estruturas de apoio, e na construção da Pousada da Juventude.

Continuamos com o investimento na **Educação e na Cultura**, desde logo por via do reforço das Actividades de Enriquecimento Curricular, expressão dramática (reconhecidos como um caso modelo no conjunto dos municípios da área da Direcção

Regional de Educação do Centro), atribuição de bolsas de estudo, de mérito, excelência e na construção do primeiro Centro Educativo de Montemor-o-Velho, mantendo as prioridades da Carta Educativa Concelhia para a reorganização da Rede Escolar.

Continuamos o investimento na **Protecção Civil**, por via da constituição de equipas de sapadores, da aquisição de equipamentos e da requalificação do edifício do Centro Municipal de Protecção Civil.

Mantemos o investimento na **requalificação** dos nossos núcleos Urbanos, como o de Montemor-o-Velho, Arazede, Seixo, Meãs, Carapinheira, entre outros, numa aposta clara de regeneração urbanística e, igualmente, de criação de condições para o desenvolvimento do sector turístico enquanto espaços de fruição públicos e importantes centros de visitação.

Ao nível dos **Transportes Rodoviários**, queremos continuar a melhorar as acessibilidades, bem como, assegurar mais e melhor segurança nos troços já existentes, destacando-se a este nível a construção das passagens pedonais superior e inferior sobre a linha do Norte em Santo Varão/Formoselha.

Mantemos como aposta para o futuro, o **Ambiente**, enquanto denominador comum para um Concelho que respeita e protege o meio ambiente e, simultaneamente, potenciador de um pólo turístico, sinónimo de qualidade de vida e de destino privilegiado que se preocupa com a sua sustentabilidade. Desenvolvemos novas estratégias – com a criação da Marca Montemor - e novos produtos, aproveitando e maximizando as nossas potencialidades, como são exemplo as reservas naturais do Taipal e de Arzila, sempre numa perspectiva da consolidação do vector do turismo como importante factor de desenvolvimento económico e gerador de riqueza.

Neste domínio, no **Turismo**, iniciámos o processo de criação da **marca Montemor**, enquanto catalizador das nossas riquezas naturais, do nosso património histórico arquitectónico e cultural, dos nossos produtos, da nossa doçaria conventual, da nossa gastronomia, das nossas tradições e das nossas gentes, e do efeito multiplicador que pode desempenhar numa estratégia de desenvolvimento económico local.

Na **Área Social**, continuaremos a pugnar pelos factores de inclusão social e apoio seja ao nível da terceira idade, à infância, à habitação e à solidariedade. Continuamos a apostar por via do estabelecimento e reforço do diálogo com todas as IPSS's do Concelho, promovendo a parceria, a participação e a Rede Social.

Manteremos a política de apoio ao **Associativismo**, dado ser um meio para promoção de actividades desportivas e culturais de diversa natureza e sobretudo de proximidade com os munícipes que consideramos saudável e imprescindível à formação social e cívica da população.

Continuamos a privilegiar a cooperação com as **Juntas de Freguesia**, num processo de gestão participada com os seus Presidentes. Acreditamos que, pela via da cooperação institucional e pela proximidade com os munícipes, a estes cabe um papel de extrema importância na resolução de problemas e da melhoria das condições e salvaguarda das populações, quer por via das suas atribuições e competências, quer por via do papel de intermediário entre estas e a Autarquia, na comunicação e busca de soluções conjuntas. Assim, continuamos a descentralizar e transferir competências, bem como promovemos acordos financeiros e logísticos que lhes dão os instrumentos necessários à concretização das mesmas.

Em suma, acreditamos que o Concelho tem um rumo, uma estratégia traçada, perante os condicionalismos, as potencialidades, as oportunidades e as ameaças, cumpre os objectivos a que nos propusemos para, cada vez mais e melhor, alcançar o desenvolvimento, a justiça social e a qualidade de vida.

Aprovar a presente proposta de Plano e Orçamento para 2011, mais do que um exercício de “dialéctica” política entre Maioria e Oposição, é um desafio para todos os responsáveis políticos, “forças vivas” e munícipes participarem na construção de um Concelho melhor.

II. Princípios Orientadores

No presente documento, apresentamos as linhas de orientação política que nortearam as **Grandes Opções do Plano para o ano de 2011** bem como o **Plano Plurianual de Investimentos** e respectivo **Orçamento**.

Por se tratar de um documento eminentemente político, as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, traduzem uma matriz que assenta nos seguintes pressupostos:

- Uma **visão integrada e integradora** do processo de desenvolvimento do Concelho, assente num conjunto vasto de projectos e acções que tiveram em linha de conta a auscultação de todos os ‘actores políticos’, maioria e oposição, incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia que puderam participar, através de encontros bilaterais e antecipar as prioridades de uma acção concertada co a Câmara, num respeito mútuo e na valorização do Papel dos Autarcas;
- A introdução de **princípios claros de modernidade**, salvaguardando a nossa ruralidade, nomeadamente a criação da marca «**Montemor**», colocando-nos numa concorrência saudável com outras marcas, territórios e contextos histórico-sociais, aumentando a atractividade ao nosso município e posicionando-nos para patamares de desenvolvimento equiparados a municípios de maior montra, tornando-nos de facto um destino de excelência e apetecível para investir e viver;

“(...) a aposta nas sinergias entre ambiente, cultura, desporto e dinâmica empresarial confere uma importância crescente à preservação e qualificação do património histórico e natural por forma a que este possa ser encarado como activo catalisador da qualidade de vida que se pretende afirmar no concelho.

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

- A abertura a novos eixos de desenvolvimento que introduzem a inovação, a criatividade e a sustentabilidade, nomeadamente com o incremento da **Agenda 21**, bem como, com o envolvimento de novos parceiros para o município, públicos e privados, assumindo uma nova atitude de competitividade;

“Assim, nesta visão estratégica de desenvolvimento auto sustentável, Montemor-o-Velho evidencia-se pelos seus equipamentos desportivos de excelência e pela sua dinâmica cultural criativa. Estas condições poderão contribuir positivamente para a qualidade de vida dos seus actuais e futuros moradores, atraindo e retendo os profissionais qualificados que desempenharão funções na rede multisectorial de empresas da área tecnológica, cultural e turística que será constituída a partir das dinâmicas agora iniciadas.”

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

- Uma visão de incremento de um **processo de modernização administrativa do município** com o desenvolvimento de novas competências dos funcionários garantindo uma melhoria dos serviços prestados aos munícipes e, uma auto valorização pessoal daqueles que prestam serviço na autarquia, apostando desta forma no potencial humano existente, nomeadamente, com a realização pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, do **Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal**;

“Aproveitando a exigência de redesenho orgânico imposta pelo novo enquadramento normativo, a estrutura organizacional da CMMV deverá ser adequada à sua missão e estar alinhada com a estratégia de desenvolvimento para o município, constituindo um facilitador do cumprimento pleno desses desígnios. O município de Montemor-o-Velho integra a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, a qual definiu um conjunto de linhas de actuação integradas e coerentes na perspectiva da submissão de investimentos ao cofinanciamento comunitário no âmbito do QREN. Por seu lado, o município de Montemor-o-Velho tem vindo a delinear uma estratégia de

desenvolvimento ancorada em projectos de investimento de grande envergadura já executados e outros já aprovados e em processo de execução (...).”

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

- Uma **capacidade de liderança**, como tem sido expresso no exercício da participação e actuação no Conselho Executivo da CIM Baixo Mondego, capaz de desafiar organismos regionais e nacionais, na aposta e lançamento de projectos municipais, intermunicipais e regionais indutores de maior investimento e na consolidação da coesão do território, em articulação com os municípios desta Nut III;
- Um **plano e orçamento que não hipoteca nem o presente nem o futuro**, muito menos as gerações vindouras já que, para além de consolidação orçamental em curso, o município tem subjacente, ao processo de saneamento financeiro, os instrumentos que o próprio Tribunal de Contas determinou na aprovação do respectivo plano apresentado pela autarquia e que através dos relatórios semestrais podem aferir esta mesma realidade;
- Um Plano e Orçamento que reflecte bem o **arrojo e a coragem políticas** perante os atrasos do QREN 2007 a 2013, estruturante para o País, para a região e para o nosso município, dos cortes orçamentais do OE para 2011 que, até à data da discussão destas GOP's para 2011, não satisfaz as expectativas geradas no reembolso das verbas já aprovadas e assinadas e nos faz perspectivar um ano de 2011 castrador das ambições do Município;
- Finalmente, a presente proposta de plano e orçamento reflecte a ambição, empenho e vontade inequívoca expressa nas urnas a 11 de Outubro do ano transacto e que, em plena **liberdade e democracia**, ditou ser esta maioria a conduzir os destinos do Concelho neste ciclo político.

A presente proposta de Plano e Orçamento para 2011 aponta para um valor global de **39.900.000 €**, dos quais **26.200.000 €** correspondem a **Investimentos**.

Quisemos assumir, claramente, **novos Eixos de Intervenção**:

- **Emprego e Empreendedorismo** – projectos como o Parque Logístico e Industrial de Arazede, promotores da fixação de novas empresas dinamizadoras da criação de emprego e de riqueza;

“Uma prioridade da CMMV é a criação de condições à fixação de empresas, tirando partido do seu potencial ambiental e paisagístico e das infra-estruturas para a prática desportiva e para o lazer entretanto construídas, através da constituição de parcerias qualificantes em sectores identificados como estratégicos.”

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

- **Criatividade** – projectos como as Industrias da Cultura, numa parceria com os municípios de Óbidos, Guimarães, Tondela, Seia, Montemor-o-Novo e Portalegre, que vem posicionar o nosso município na linha da frente de uma nova economia emergente, criadora de novas dinâmicas locais e regionais e, geradora de novos investimentos;

“No domínio das indústrias do conhecimento, Montemor-o-Velho posiciona-se no sector da energia através da constituição, em parceria com a Universidade de Coimbra, da associação MOR-ENERGY – associação de Investigação em ENERGIA –, que tem como objecto principal “o desenvolvimento de aplicações industriais da Energia Sustentável, em vários sectores, assim como o apoio ao desenvolvimento de iniciativas empresariais, que tenham por base a utilização de Energia Sustentável”. A captação de parceiros como a EDP, a Martifer, a Portucel/Soporcel, e o CTCV permitirá a dinamização da actividade da MOR-ENERGY, a qual pretende num futuro próximo iniciar a incubação de micro e pequenas empresas que, findo o período de incubação, poderão vir a instalar-se no parque de negócios. Refira-se também a criação, em parceria com a Universidade de Aveiro, da associação “nanoSpark” – associação para o desenvolvimento da Nanotecnologia –, cujo domínio de

intervenção é “desenvolver aplicações industriais da nanotecnologia, especialmente para os sectores de materiais, energia e ambiente, assim como apoiar o desenvolvimento de pequenas iniciativas empresariais que tenham por base a utilização de nanotecnologias”. Também neste caso se pretende a instalação de núcleos empresariais, visando a modernização da base industrial do concelho.”

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

- **Reforma Administrativa, Responsabilidade Social e Qualidade**

Assumimos que a Reorganização dos Serviços da Câmara Municipal constitui um desafio em si mesmo, aos Políticos, aos Técnicos, ao Pessoal indiferenciado, com um objectivo central único: melhorar a performance dos serviços prestados aos munícipes, promover uma cultura efectiva organizacional.

Princípios do novo modelo organizacional Com base nos princípios descritos e considerando as características específicas da CMMV e a análise das suas principais forças e carências organizativas, considera-se que a nova estrutura organizacional deve respeitar os seguintes princípios orientadores:

- *Promover uma cultura de desenvolvimento organizacional permanente.*

O desenvolvimento organizacional deverá assentar numa cultura de planeamento e avaliação por parte de todas as unidades da estrutura, as quais deverão promover a auto-avaliação e contribuir com propostas de actividades de melhoria. Deverá ainda a estrutura garantir a coerência entre os objectivos das diferentes unidades e a estratégia da CMMV.

- *Reforçar o enfoque nos serviços prestados ao munícipe e ao cidadão em geral. A nova estrutura deverá melhorar a adequação das actividades da CMMV às necessidades e expectativas dos munícipes, através da valorização dos serviços a prestar, da consideração de níveis de serviço e de uma maior responsabilização dos dirigentes do município neste alinhamento.*

- *Reforçar a centralização das funções instrumentais de apoio à actividade municipal. A estrutura deve privilegiar uma visão integradora das funções*

instrumentais em termos de política, de racionalidade de meios e de uniformização de procedimentos. O impacto deste princípio, que contraria a dispersão por vezes existente, far-se-á sentir especialmente na função das compras e na função jurídica.

- Assegurar a orientação das unidades no sentido da racionalização, da desburocratização e da responsabilidade pelos processos que desenvolvem.

Nesta perspectiva, a unidade responsável por um processo deverá salvaguardar a integridade do processo, assumindo, na medida do possível, o controlo de todas as suas actividades.

in, Estudo para a Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Novembro de 2010.

Candidaturas do Município de Montemor-o-Velho aos apoios do QREN – Programas Operacionais Nacionais e Programa Operacional Regional “Mais Centro” (Contratualização)

Funções Gerais – Protecção Civil –

Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos do Sistema Municipal de Protecção Civil de Montemor-o-Velho

O projecto em causa foi apresentado a candidatura, em Abril de 2009, ao Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, mais concretamente ao Eixo IV – “Protecção e valorização ambiental”, do regulamento específico – “Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Materiais”.

Em 24 de Setembro de 2009, o Mais Centro deliberou aprovar a candidatura com uma comparticipação de 67.556,30€ (70% do valor elegível estimado de 96.509,00€).

O projecto refere-se ao sistema de gestão de emergência e risco (SiGER) do Município de Montemor-o-Velho e tem como principal objectivo dotar o território de uma plataforma SIG capaz de auxiliar as acções de protecção civil nas quatro fases do ciclo dos desastres (prevenção, preparação, resposta e reabilitação) associados aos riscos naturais, tecnológicos/antrópicos ou mistos que possam ameaçar ou afectar pessoas e bens. Para além do SiGER, o projecto visa ainda proceder à aquisição de equipamentos operacionais.

Funções Sociais – Ensino não Superior –

Centro Educativo de Montemor-o-Velho

Este projecto foi apresentado a candidatura no ano de 2008 ao Programa Operacional Regional do Centro – Mais Centro, mais concretamente ao Eixo III – Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais. Foi aprovado pelo Mais Centro em 29 de Maio de 2008 e contou com a assinatura do respectivo contrato de financiamento no dia 26 de Junho de 2008. O montante de comparticipação aprovada é de 1.692.021,46€, o que corresponde a 70% sobre o montante das despesas consideradas elegíveis.

No decorrer do ano de 2010 procedeu-se a um pedido de reprogramação temporal e financeira do projecto, solicitando-se o aumento da taxa de comparticipação para 80%. O pedido atrás referido encontra-se em análise no Mais Centro.

Funções Sociais – Ordenamento do Território –

Eixo Viário do Sistema Urbano do Vale – Carapinheira

Este projecto visa proceder à beneficiação de troços itinerários estruturantes da rede municipal, nomeadamente do eixo viário do vale, na freguesia de Carapinheira.

Visa intervir em três pontos fundamentais da circulação rodoviária nomeadamente: (1) Rua da Igreja; (2) ligação entre a rotunda da feira e o pavilhão multiusos e (3) intervenção no largo da feira (Alhastro).

A candidatura deste projecto foi aprovada em 27 de Abril de 2010, tendo-se celebrado contrato de financiamento em 06 de Maio de 2010. O montante de investimento apresentado e aprovado foi de 1.612.810,71€, do qual resulta uma comparticipação de 1.049.988,16€. Das três intervenções acima descritas, encontra-se a decorrer a empreitada referente ao largo da feira, estando as restantes duas em fase de conclusão.

Em 15 de Novembro de 2010, procedeu-se à reprogramação temporal e financeira da operação, solicitando-se o aumento da comparticipação para 80%. Este pedido encontra-se em análise no Mais Centro.

Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho

O projecto designado de Regeneração Urbana de Montemor-o-Velho foi submetido a candidatura em Abril de 2009 ao eixo 2 – Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos, no regulamento específico “Política de cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, do Programa Operacional regional do Centro – Mais Centro.

O objectivo central da candidatura visa articular as iniciativas no domínio do desporto, turismo, cultura e tecnologia com um ambiente urbano atractivo, contribuindo para a fixação da população e de investimentos qualificantes. Pretende-se promover a fruição do Centro Histórico da Vila, no quadro de um sistema de mobilidade sustentável e de valorização patrimonial da malha urbana, e integrar a frente ribeirinha no centro da vila, enquanto espaço de lazer, desporto e mobilidade, em franca articulação com a baixa comercial e com o Centro de Alto Rendimento.

Integram esta operação duas empreitadas, nomeadamente do “Ascensor mecânico – percurso pedonal assistido” e o “Eixo viário pedonalizado de ligação entre o centro histórico e a frente ribeirinha), e um projecto de dinamização/programação cultural.

Para o conjunto das acções, foi aprovada uma comparticipação 1.454.542,66€, num volume de investimento elegível de 2.006.984,01€ (taxa média de 72,474%).

De salientar que a taxa de comparticipação agora aprovada resultou de, no decorrer de 2010, a autarquia ter reprogramado a candidatura e solicitado o aumento da sua taxa de financiamento (de 50% para 72,474%).

Plano Local de Promoção da Acessibilidade (PLPA)

O PLPA consiste na elaboração de medidas de planeamento estratégico e físico à sede de concelho, incorporando o espaço urbano de maior densidade residencial, os principais equipamentos públicos, rede de transportes e a maior multiplicidade de modos de comunicação, emprego e conhecimento.

Este plano detecta problemas, propõe as soluções, prioriza acções, define orçamentos, envolve actores, promove conhecimento, integra os agentes alvos, cria modelo temático de governância, antecipa o futuro nas escolas, estimula a participação pública. É simultaneamente um plano e um processo. Um plano porque enquadra medidas estratégicas e releva acções estruturantes de forma a tornar eficientes as intervenções e um processo porque envolve populações, associações e municípios alvo.

Este projecto foi submetido a candidatura à tipologia 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas do Programa Operacional Temático Potencial Humano, tendo sido aprovado em Novembro de 2010.

O montante de investimento candidatado foi de 165.600€, dos quais foi aprovada uma comparticipação comunitária de 118.652,40€.

É um projecto para dois anos (2011 e 2012), com particular reflexo, em termos financeiros, no ano de 2012.

Funções Sociais – Saneamento –

Rede de Esgotos de Gatões, Seixo e Liceia + ETAR

Rede de Esgotos de Verride, Vila Nova da Barca, Abrunheira + ETAR

Rede de Esgotos de Arazede – Fase A + parte referente à EX-EN 335-1+ Fase B (ETAR)

Em 2011 assegura-se a continuação dos investimentos candidatados e aprovados ao Programa Operacional Temático Valorização do Território. As três candidaturas foram aprovadas em 30 de Setembro de 2009 e os respectivos contratos de financiamento assinados a 26 de Outubro de 2009.

As comparticipações aprovadas para cada uma das candidaturas são as que a seguir se apresentam:

Designação da candidatura	Comparticipação aprovada	Taxa de comparticipação
Rede de Esgotos de Verride, Vila Nova da Barca, Abrunheira + ETAR	2.412.495,17€	70%
Rede de Esgotos de Arazede – Fase A + parte referente à EX-EN 335-1+ Fase B (ETAR)	1.076.695,65€	
Rede de Esgotos de Gatões, Seixo e Liceia + ETAR	2.622.960,26€	

Rede de Esgotos do Município de Montemor-o-Velho (Continuação)

Esta candidatura foi apresentada no mês de Dezembro de 2009 ao Programa Operacional Temático Valorização do Território e engloba as empreitadas de 1) Rede de esgotos da Torre e Moinho da Mata (parte referente ao lugar da Torre); 2) Rede de esgotos de Arazede (lugar do Meco); 3) Rede de esgotos do Moinho da Mata; 4) Rede de esgotos de Santo Varão e Formoselha (redes) – Fase C (redes da zona sul); 5) Rede de esgotos de Arazede (lugar de Gordos e Zambujeiro) e 6) Rede de esgotos da Portela (zonas limítrofes) – Fase B (ETAR).

O volume de investimento apresentado ascende a 2.233.819,93€, de acordo com o mapa seguinte:

Designação	Montante da obra com ramais	Rev. preços com ramais	Terrenos	Investimento Elegível	Investimento Não Elegível	Total do Investimento
Rede de esgotos de Torre e Moinho da Mata (parte referente ao lugar de Torre)	119.810,49	5.990,52	0,00	111.088,81	21.002,25	132.091,07
Rede de esgotos de Arazede: Fase C (Redes - Meco)	222.234,50	11.111,73	0,00	217.067,99	27.945,55	245.013,54
Rede de esgotos de Torre e Moinho da Mata: Construção (Redes) - Moinho da Mata	628.114,91	31.405,75	0,00	637.492,66	55.004,02	692.496,69
Rede de esgotos de Santo Varão e Formoselha: Fase C (Redes - Zona Sul)	254.521,82	12.726,09	0,00	239.064,46	41.545,85	280.610,31
Rede de esgotos de Arazede: Fase D (Redes - Gordos e Zambujeiro)	400.000,00	20.000,00	0,00	389.710,13	51.289,88	441.000,00
Rede de esgotos da Portela (zonas limítrofes) - Fase B (ETAR)	399.077,85	19.953,89	2.625,00	437.034,16	5.574,17	442.608,33
Total	2.023.759,57	101.187,98	2.625,00	2.031.458,21	202.361,72	2.233.819,93

Esta candidatura foi aprovada em 14 de Outubro de 2010, aguardando-se a assinatura do seu contrato de financiamento. O montante de comparticipação aprovado foi de 1.408.387,54€.

Funções Sociais – Cultura –

Economias Criativas

A candidatura “Economias Criativas” resulta de uma parceria entre seis municípios e uma fundação, que cooperam numa base temática visando estimular e construir projectos e conhecimentos na área da criatividade e atracção de talentos, estimulando as potencialidades e vocações temáticas das diversas cidades e vilas.

A rede é composta por Guimarães (NUT III – Vale do Ave – Norte), Montemor-o-Velho (NUT III – Baixo Mondego – Centro), Óbidos (NUT III – Oeste – Centro), Montemor-o-Novo (NUT III – Alentejo Central – Alentejo), Tondela (NUT III – Dão Lafões – Centro),

Seia (NUT III – Serra da Estrela – Centro) e Fundação Bissaya Barreto (NUT III – Centro).

Para além de projectos que são comuns às entidades que compõem a rede, cada um dos beneficiários apresenta ainda operações individuais.

No que diz respeito aos projectos individuais do Município de Montemor-o-Velho, eles são: 1) Centro de Recursos Artísticos; 2) Incubadora e Centro de Tecnologia Criativa; 3) Residências Artísticas e Ateliers; 4) Sala de Ensaios/Creative Box.

O investimento estimado para os projectos individuais do Município ascende a 1.430.000,00€ repartido pelos anos de 2011 a 2013 nas rubricas de projecto, construção e equipamentos.

Em 2011, será executada a parte de projecto, ficando para anos seguintes as componentes de construção e equipamentos.

Esta candidatura foi aprovada pelo Mais Centro no dia 28 de Julho de 2010, com uma comparticipação de 65%.

Funções Sociais – Turismo –

Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego

Tal como no projecto anterior, a Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego consubstancia-se numa parceria de entidades, nomeadamente entre Coimbra, Figueira da Foz, Pombal, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela e Soure. Para além das autarquias conta ainda com a Entidade Regional de Turismo do Centro, a Universidade de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes e a Associação Comercial e Industrial de Coimbra como parceiros.

A visão preconizada para esta rede pretende assumir o seu património histórico como um produto turístico cultural motivador de um novo desenvolvimento económico ancorado nas dinâmicas sociais, económicas, culturais e científicas levadas a cabo por diferentes actores e alimentando a ligação às três cidades que constituem a rede.

Também neste projecto existe projectos comuns e projectos individuais.

No que concerne a Montemor-o-Velho, são projectos individuais: 1) a iluminação monumental do castelo; 2) o ajardinamento e acesso pedonal da zona envolvente ao castelo; 3) a requalificação da capela de Santo António para loja e recepção; 4) a

requalificação da igreja de Santa Maria Madalena e a 5) requalificação do troço da porta do sol / rua direita ao castelo/ rua da igreja matriz de São Martinho/ Largo Dr. Alves de Sousa/ Rua conselheiro Dom João de Alarcão e Largo do Paço. O valor estimado para estas intervenções ascende a 1.500.000,00€ repartidos por três anos (2011 a 2013), dos quais se espera uma participação de 60%.

A candidatura desta parceria foi aprovada pelo Mais Centro no dia 28 de Julho de 2010.

Funções Sociais – Desporto Recreio e Lazer –

Centro de Alto Rendimento

O presente projecto consubstancia-se na realização de um investimento cujo destino é a prática de desporto de alto rendimento, nomeadamente na criação de um Centro de Alto Rendimento para as modalidades de Canoagem, Natação de Águas Livres, Remo e Triatlo.

Este projecto foi submetido a candidatura em Março de 2009 ao Programa Operacional Temático Valorização do Território, mais concretamente no Eixo 9 – Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional, do domínio de intervenção Infra-estruturas e equipamentos desportivos tendo resultado a assinatura do contrato de financiamento no dia 11 de Maio de 2010. O montante de participação aprovado é de 10.395.552,71€ o que corresponde a 70% do montante elegível apresentado a candidatura, ou seja, 14.850.789,59€.

O projecto conta ainda com o apoio da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, em 5% do montante de investimento elegível, aguardando-se uma actualização ao protocolo celebrado a 08 de Setembro de 2007, entretanto aditado a 03 de Agosto de 2009.

Funções Económicas – Indústria e Energia –

Pólo Logístico e Industrial de Arazede (Infra-estruturas 1.ª Fase)

Na criação de condições que promovam o emprego, o PLIA surge como uma infra-estrutura de excelência. Com um posicionamento vizinho a uma das principais acessibilidades do Município (A14), o pólo apresenta um posicionamento estratégico às empresas que, dependentes dos custos de transporte para melhorar os seus serviços aos seus clientes, vêm facilitadas as suas condições de operacionalidade.

O objectivo central do PLIA é a oferta de espaço infraestruturado de qualidade para a localização de actividades económicas relacionadas com a indústria, os serviços e a logística. Trata-se de um espaço ordenado que pretende atrair investimentos, dando resposta a pedidos de localização de novas unidades industriais, permitindo a deslocalização de indústrias incorrectamente instaladas nas malhas urbanas e evitar a migração de actividades económicas para outros concelhos.

Com uma área total de 62,5ha, foi apresentada em Outubro de 2009, no âmbito do contrato de delegação de competências com subvenção global entre o Programa Operacional Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, uma candidatura referente aos primeiros 10ha do PLIA, a que foi designada de 1.^a fase.

A candidatura foi aprovada em 21 de Outubro de 2010 pelo Mais Centro, com uma comparticipação de 1.031.729,91€, o que corresponde a 50,977% do montante de investimento considerado elegível. Procedeu-se à sua reprogramação temporal e financeira, solicitando-se o aumento da taxa de financiamento para 80%.

Outras Funções – Diversas –

CANTATA 2

O objectivo do CANTATA 2 é a intensificação do projecto piloto INTERREG IIB Espaço Atlântico designado de CANTATA.

São parceiros do CANTATA 2 as seguintes entidades: 1) Denbighshire County Council (Reino Unido); 2) Shannon Free Airport Development Company Ltd (Irlanda); 3) Axencia Galega de Desenvolvimento Rural (Espanha); 4) Communaute de Communes du Poher (França); 5) Câmara Municipal de Montemor-o-Velho (Portugal).

O principal objectivo deste projecto e dos seus parceiros consiste em dinamizar turisticamente as suas regiões, potenciar os seus recursos, implementar novas estratégias, divulgar as suas mais valias e gerar riqueza.

O investimento previsto para 2011 distribui-se pelas rubricas de recursos humanos, prestações de serviços, custos operacionais, viagens e alojamentos, encontros e conferências, promoção e divulgação, equipamentos e outras despesas e ascende 188.789,00€. Para o qual esta aprovada uma comparticipação de 122.712,85€ (65%).

Mor Energy

O projecto referente à Mor Energy integra o plano estratégico traçado entre a Universidade de Coimbra, o Instituto Pedro Nunes/Associação Tecnopólo de Coimbra2, o IPN Incubadora, o Coimbra Inovação Parque, o Biocant, a Mor Energy, o Instituto Politécnico de Coimbra, o Instituto Politécnico de Leiria, a Incubadora D. Dinis e a Obitec.

No que diz respeito ao projecto Mor Energy propriamente dito, este visa a criação de uma infra-estrutura, situada no Parque de Negócios de Montemor-o-Velho que possibilite a realização de projectos de investigação aplicada e a instalação de até duas spin-off de base tecnológica no domínio científico da energia, integrando valências de desenvolvimento associadas à dinâmica de investigação da Universidade de Coimbra.

No caso específico do Município de Montemor-o-Velho, este integra a associação Mor-Energy – Associação de Investigação em Energia, cujo objectivo visa desenvolver aplicações industriais de energia sustentável, em vários sectores, assim como apoiar o desenvolvimento de pequenas iniciativas empresariais, que tenham por base a utilização de energia sustentável.